



DE VELADO A (RE)VELADO: O PRECONCEITO CONTRA O ÍNDIO

Leandro José do Nascimento (PPGLEtras/Unemat) ¹
lj.leandro@uol.com.br

RESUMO: O presente artigo discute o preconceito contra o indígena investigando como sua ocorrência configurou-se de maneiras distintas a partir das transformações pelas quais a sociedade passou. Com pressupostos teóricos de Gordon Alport (1897-1967), de José León Crochík (1996) e apoio metodológico de entrevistas semiestruturadas, o artigo tem por objetivo analisar a percepção e entendimento dos indígenas em relação ao preconceito e estereótipos, de modo a observar que figurações são construídas assim como qual a percepção do indígena sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito, Estereótipos, Indígena, Entrevista.

ABSTRACT: This article discusses the prejudice against the indigenous people considering an investigation to discover how their occurrence had innumerable and different configurations in according to the transformations through which society has passed. Based on the theoretical assumptions of Gordon Alport (1897-1967) and José León Crochík (1996) and including the methodological support of semi-structured interviews, the article aims to analyze the perception and understanding that indigenous people have about prejudice and stereotypes, in order to observe which figurations are constructed as well as what are their perceptions about the theme.

KEYWORDS: Prejudice, Stereotypes, Indigenous People, Interview.

1 Introdução

Decorridos mais de 500 anos após o contato entre o índio e o não índio, a imagem instituída à época sobre o nativo – que versava um índio preguiçoso, sinônimo de atraso – ainda reverbera nos dias de hoje, dando-se de formas velada ou expressamente (re)velada. Conforme apresentam-nos Luciano (2006), Gomes (2014) e Junqueira (2008), os primeiros habitantes deste país, que até então eram vistos pelo explorador como novidade, passam a ser percebidos com estranheza por aquele modelo exploratório introduzido no país. Junqueira (2008) aponta que este contato modificou a dinâmica da população indígena. Falar em índio no Brasil equivale a um emaranhado de opiniões e visões: algumas das quais favoráveis e outras contrárias, mas que corroboram

¹ Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLEtras), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Sinop (MT).

para a existência de duas formas de preconceito contra esta população. Uma positiva, retratando-o sob a perspectiva romantizada dos livros literários, enquanto a outra negativa, carregada de adjetivos para se referir a este povo.

Este artigo discute o preconceito contra o índio a partir da percepção do próprio índio sobre a existência e manutenção de atos preconceituosos. Procura assim discorrer sobre qual a visão dos índios sobre o preconceito e sua percepção acerca desta prática. A presente pesquisa utiliza entrevistas para coletar impressões, relatos de vida e de preconceito, construindo, assim, uma narrativa viva e atual das experiências. Na primeira etapa do trajeto, aborda-se o preconceito a partir de bases filosófica e psicológica para conceituá-lo, perpassando para o constructo metodológico e, por fim, analisa-se o preconceito a partir de um conjunto de recortes. Vale ressaltar que a pesquisa foi estruturada a partir de um conhecimento teórico, metodológico e prático sobre o objeto a ser investigado.

2 Uma questão de preconceito

O preconceito ocupa um papel central nas discussões deste século e exige uma reflexão cada vez mais aprofundada no sentido de se compreender como tais manifestações configuram-se e afetam grupos diversos. Falar em preconceito não implica somente enxergá-lo sob a perspectiva linguística (quando a fala é avaliada e julgada por outrem), mas como capaz de alcançar as esferas racial, social, política, religiosa, étnico-cultural, entre outras. Os comportamentos preconceituosos são capazes de alimentar pensamentos e atitudes graves, incentivar a intolerância e até mesmo a violência. Sem fazer distinção a grupos ou classes sociais, vai do individual ao coletivo.

Segundo Bandeira e Batista (2002, p. 126), o preconceito associa-se a um “mecanismo eficiente”, podendo “atuar em todas as esferas da vida.” Não se limita a um único espaço, mas a múltiplos. Segundo as autoras, os múltiplos preconceitos, como os que abordam gênero, cor, classe social, “fazem-se presentes em imagens, linguagens,



nas marcas corporais e psicológicas de homens e de mulheres, nos gestos, nos espaços, singularizando-os e atribuindo-lhes qualificativos identitários” (BANDEIRA e BATISTA, 2002, p. 126-127).

Mas, afinal, o que vem a ser o preconceito? Dicionarizando-o encontramos na versão ‘on-line’ do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*² a construção etimológica do preconceito dada a partir do prefixo “Pre” mais o radical “Conceito”, sendo-lhe atribuídos os seguintes significados: “qualquer opinião ou sentimento, quer favorável, quer desfavorável, concebido sem exame crítico.” Ainda, “ideia, opinião ou sentimento desfavorável formado *a priori*, sem maior conhecimento, ponderação ou razão.”

Na versão ‘on-line’ do *Dicionário UNESP do Português Contemporâneo*³, encontramos a palavra preconceito como “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem conhecimento dos fatos ou sem exame crítico; idéia preconcebida”, bem como “intolerância com relação a raças, credos ou minorias”. Ambas as publicações comungam do entendimento de preconceito como uma atitude preestabelecida a partir de algo.

No entanto, esta percepção não se deve a um pensamento da era moderna. Ainda no século XVIII, o filósofo Voltaire, no *Dicionário Filosófico* (1994), examinava o preconceito como “uma opinião sem julgamento”. Dizia Voltaire haver “preconceitos universais, necessários e que representam a própria virtude” (VOLTAIRE, 1994, p. 401), bem como existir “ótimos preconceitos: são os que o julgamento ratifica quando se raciocina.”

Além da base filosófica, podemos encontrar na psicologia reflexões sobre o preconceito e que o relacionam à ocorrência de um pensamento negativo de um sujeito em relação ao ‘Outro’. Neste campo, os estudos sobre o preconceito apoiam-se nos postulados do psicólogo norte-americano Gordon Allport (1897-1967), cujas

² Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#1>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

³ Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-br&id=RFrCN3hCsHoC&q=preconceito#v=snippet&q=preconceito&f=false>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

contribuições teóricas proporcionaram um legado à psicologia como, por exemplo, a publicação da obra “*A natureza do preconceito*” (título original *The nature of prejudice*), de 1954.

Segundo Allport (1954, *apud* PINHEIRO, 2011, p. 216-17), “pode-se definir o preconceito como uma atitude hostil e de aversão em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque ela pertence a esse grupo, e, portanto, presume-se ter qualidades que são atribuídas a esse grupo.” Ou seja, quaisquer características de um determinado grupo são generalizadas a todos os seus integrantes, sem que sejam diferenciados entre si.

Sobre esta generalização, o estudo teórico do psicólogo José León Crochík (1996) mostra-nos que “a experiência individual, o contato com o particular, são obstados pelo preconceito” (CROCHÍK, 1996, p. 48). Ainda conforme o autor, “as relações pessoais dos preconceituosos se dão através de categorias que permitem classificar os indivíduos, o que impede que a experiência individual possa se contrapor ao estereótipo” (Idem.).

Buscando compreender o que se pode afirmar sobre o preconceito, Crochík (1996, p. 54) elenca nove pontuações:

1. O preconceito não é inato, é desenvolvido durante o processo de socialização;	2. O indivíduo que estabelece um determinado tipo de preconceito tende a estabelecer diversos outros;	3. O estereótipo presente no preconceito, se não diz respeito diretamente ao objeto, mas à percepção dirigida sobre ele, não é totalmente independente deste: a percepção sobre o objeto desfigura-o;
4. O preconceito é dirigido a um grupo de indivíduos que não são diferenciados entre si;	5. O indivíduo predisposto ao preconceito tende a ser imune à experiência, sendo que, em geral, esta é apropriada em função daquele;	6. O estereótipo é constituído por predicados culturais, sendo que um deles- em geral o que nomeia o objeto do preconceito- é o principal e os outros são derivados

		dele;
7. A (des)valorização dos objetos do preconceito provém da divisão do trabalho, da hierarquia social estabelecida, das necessidades sociais do mundo do trabalho;	8. O objeto do preconceito é confrontado com o ideal cultural introjetado pelo indivíduo predisposto ao preconceito;	9. Os grupos-alvos do preconceito podem solidarizar-se com outros grupos também vítimas do preconceito ou ser preconceituosos em relação a eles.

Quadro 01: nove pontuações de Crochík. Fonte: CROCHÍK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. *Temas psicol.* Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996⁴.

Com base nestes nove tópicos descritos acima, podemos compreender que o preconceito não nasce na base individual, mas se forma à medida que avançam os processos de interação e socialização entre as pessoas, da mesma forma que sua ocorrência não distingue o individual do coletivo. Nota-se, ainda, que a intrínseca ligação entre estereótipo e preconceito, bem como as transformações ocorridas na sociedade também proporcionaram condições para que o preconceito se mantivesse no transcorrer do tempo.

Ao relacionar o estereótipo e o preconceito, Crochík indica o caminho que os diferencia, mas ao mesmo tempo torna-os próximo:

O preconceito se caracteriza por um conteúdo específico dirigido ao seu objeto e por um determinado tipo de reação frente a ele, em geral, de estranhamento ou de hostilidade. Ao conteúdo podemos chamar de estereótipo, cujo significado inicial pode ser remetido à máquina de reproduzir tipos utilizada pela imprensa, que deve portanto reproduzir fielmente as letras, mas que passou a ganhar o sentido também daquilo que é fixo, imutável. No caso do preconceito, é neste último sentido que ele deve ser entendido. (CROCHÍK, 1996, p. 49).

O termo estereótipo etimologicamente resulta das palavras gregas *stereos* e *túpos*, cujos significados correspondem a “rígido” e “traço”. Este conceito foi

⁴Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2017.

inicialmente utilizado pelo jornalista norte-americano Walter Lippman (1922) ao associar o processo de modelagem realizado pela máquina (que imprimia imagens repetidas e idênticas, isto é, em uma espécie de molde) à maneira como as pessoas atribuem características às pessoas em grupos e de forma semelhante.

Apesar de estarem inseridos em campos conceituais distintos, estereótipo e preconceito ligam-se intimamente, à medida que os estereótipos são elementos constituintes do preconceito e estão em sua base, podem ser sua causa e também consequência. Conforme Crochík (1996, p. 52), “o estereótipo, assim, é um produto cultural que nasce no próprio processo de adaptação do homem à natureza.”

Ao tomar os estereótipos como um produto cultural, Crochík (2006, *apud* PINHEIRO, 2011, p. 216) diz que “o indivíduo se apropria de estereótipos e os modifica de acordo com as suas necessidades; contudo, as ideias sobre o objeto do preconceito não surgem do nada, mas da própria cultura.”

Sendo assim, devemos compreender que os estereótipos configuram-se não de uma única maneira, mas distintas. Conforme Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009, p. 141):

Estereótipos, pois, podem ser corretos ou incorretos. E também positivos, neutros ou negativos. O fato de, num primeiro momento, facilitarem suas reações frente ao mundo, esconde a realidade de que, na maioria das vezes, estereotipar pode levar a generalizações incorretas e indevidas, principalmente quando você não consegue “ver” um indivíduo com suas idiosincrasias e traços pessoais, por trás do véu aglutinador do estereótipo.

Assim como os estereótipos assumem valores não apenas negativos, o preconceito da mesma forma. Neste último caso, denomina-se preconceito positivo quando as referências negativas cedem espaço para outras positivas, atribuindo-se virtudes a determinado sujeito ou grupo. De acordo com Leite (2008, p. 28), o “preconceito positivo acontece quando as características positivas da pessoa se estendem para seus atos, ou vice-versa, mesmo quando não são corretos.” Ainda

segundo a autora, “em geral, o preconceito positivo não é percebido pela sociedade (ou pelo menos não provoca reações). O que incomoda é o preconceito negativo acompanhado de reação discriminatória” (Idem.).

Exemplificando o preconceito positivo, lembra-se das construções positivas em relação à figura indígena, nas quais se associam o nativo a guardiões da floresta, protetores, super-heróis. No caso da civilização indígena, apenas as formas de preconceito variaram, sem, no entanto, deixarem de marcar presença no cotidiano deste povo. Vejamos, a seguir, como essas transformações deram-se com o decorrer do tempo.

2.1 Um preconceito contra o índio

O projeto de colonização portuguesa introduzido no Brasil, que versava especialmente as dominações cultural, econômica e política provocou intensas transformações culturais e étnicas nos povos indígenas que habitavam este território desde aquela época. Conforme Luciano (2006, p. 18), tais mudanças alteraram a dinâmica de vida tradicional daqueles povos, “uma vez que dentro das etnias se operaram importantes processos de mudança sociocultural, enfraquecendo sobremaneira as matrizes cosmológicas e míticas em torno das quais girava toda a dinâmica da vida tradicional.”

Desta forma, as relações que se constituíam anteriormente apenas entre índios passam, desde o início da colonização, também a abranger o colonizador. Assim, o encontro entre estas duas civilizações, duas culturas e tradições, promoveria o choque cultural. A partir desta premissa Junqueira (2008, p. 77) explica que:

Esse encontro com o “outro” impressionou os navegantes, mas não foi suficiente para anular a carga de preconceitos que carregavam. Terminada a novidade daquilo que lhes pareceu exótico, a diferença cultural passou a ser vista como pecado, atraso, humanização incompleta. Em poucas décadas, foram os índios iguados às feras:

deviam ser afastados, mortos ou domesticados. Decretou-se serem eles inimigos da Coroa, de Deus e da colonização.

Com base na afirmação acima, é possível encontrar na história, mais precisamente no que tange à chegada dos europeus ao Brasil, elementos que subsidiam o surgimento de um estereótipo e preconceito negativos em relação aos primeiros habitantes desta terra, estimulados pelo choque cultural à época.

Segundo Gomes (2014), há duas formas representativas sobre o indígena. A primeira, que afirma ser todo índio preguiçoso, e, a segunda, que associa a figura do nativo bom a de um nativo morto. O nascimento de ambas remonta ainda à época colonial em países como o Brasil e os Estados Unidos, respectivamente. Ao classificá-lo como preguiçoso atribui-se ao índio os sentidos negativos de “vagabundo, malandro, traiçoeiro, mentiroso, ladrão, desconfiado e inconfiável etc.” (GOMES, 2014, p. 49). Ou seja, coloca-se o em uma posição de inferioridade.

Já a segunda perspectiva, que cultua a violência e o extermínio da população indígena, resulta das experiências da colonização norte-americana em que pese o extermínio de dezenas de nativos à época. No Brasil, segundo Gomes (2014, p. 49), apesar de poucos identificarem-se com tal colocação, fazem-se presentes no cotidiano asserções como “‘índio tem terra demais’, ‘índio não produz nada’, ‘índio é um estorvo para a nação’ e, ironicamente, ‘índio tem que ser igual a mim’.” As duas construções (de preguiçosos ao extermínio) constituem assim “um largo repertório de afrontas que compõem e refletem as visões e as atitudes, todas negativas, daquilo que se compreende como preconceito contra o índio brasileiro” (Idem.).

Junqueira lembra-nos que o reforço de tais ideias relaciona-se ao confronto entre costumes e culturas diferentes, a partir de comparações pré-estabelecidas. Nesta perspectiva, “quando alguém entra em contato com costumes diferentes que não consegue compreender, sua primeira reação é fazer comparações, tomar por base a própria cultura, numa tentativa de organizar a informação a partir daquilo que conhece” (JUNQUEIRA, 2008, p. 57).

Podemos ainda entender que as contradições e preconceitos em torno dos povos indígenas têm suas raízes fixadas na falta de conhecimento e domínio sobre esta população, ou mesmo na “ignorância e no desconhecimento sobre o mundo indígena”, conforme afirma-nos Luciano (2006, p. 35). Estas contradições estão ligadas à maneira diferente de conceber a imagem do índio a partir de perspectivas positivas – ou romantizadas - ou mesmo negativas.

A perspectiva romântica está associada à construção de uma imagem do índio tal qual elemento da natureza, pertencente a ela, uma figura mística criada e nutrida nas histórias, nas crônicas, desde a chegada dos portugueses à costa brasileira. Ainda segundo Luciano (2006, p. 35), “esta percepção tem fundamentado toda a relação tutelar e paternalista entre os índios e a sociedade nacional, institucionalizada pelas políticas indigenistas do último século.”

Nesta conjuntura, a romantização da figura indígena esboça a imagem de um nativo vitimado, cuja sobrevivência está condicionada à proteção e defesa. Ao contrário da concepção romântica está aquela que prega a existência de um índio cruel, bárbaro, rotulado ainda como selvagem, entre outros adjetivos negativos. Associações estas que serviam para justificar atos cometidos no curso do projeto político lançado pelo explorador europeu. Luciano aponta que:

As denominações e os adjetivos eram para justificar suas práticas de massacre, como autodefesa e defesa dos interesses da Coroa. Ainda hoje essa visão continua sendo sustentada por grupos econômicos que têm interesse pelas terras indígenas e pelos recursos naturais nelas existentes. Os índios são taxados por esses grupos como empecilhos ao desenvolvimento econômico do país, pelo simples fato de não aceitarem se submeter à exploração injusta do mercado capitalista, uma vez que são de culturas igualitárias e não cumulativistas. Dessa visão resulta todo o tipo de perseguição e violência contra os povos indígenas, principalmente contra suas lideranças que atuam na defesa de seus direitos. (LUCIANO, 2006, p. 35-36).

Estima-se que no ano de 1.500, quando da chegada dos colonizadores ao Brasil, 6 milhões de índios viviam no país⁵. Em 2010, este número chegou a 817,9 mil índios falantes de um conjunto de 274 línguas e distribuídos em 305 etnias diferentes⁶. Outra concepção reproduzida de forma negativa apoia-se na equiparação do índio e sua cultura como sinônimos de atraso. Junqueira (2008, p. 43-44), ao discordar de tal propositura, dá destaque ao papel da tecnologia na formação e distinção entre as sociedades brasileira e indígena. Para a autora, o fator tecnologia diferencia cada uma destas sociedades, visto que:

Temos máquinas mais complexas, usamos muitos tipos de energia a vapor, elétrica, solar, nuclear. Importamos conhecimentos e desenvolvemos outros tantos. Porém, acima de tudo isso, valorizamos esse tipo de investimento social, que acreditamos ser importante. Sonhamos que, com grande conhecimento e tecnologia, chegaremos um dia a dominar a natureza. As sociedades indígenas, por sua vez, orientam seus esforços para outros campos. Vivem do que extraem da natureza e por isso procuram não danificá-la. Poderíamos dizer que a respeitam mais. Conseguiram um equilíbrio relativo nesse seu intento e construíram uma tecnologia que, comparada com a nossa, é bastante simples.

Desta forma, o modelo de vida construído pelos índios, por apresentar preocupações distintas em relação à civilização ocidental, estruturou-se de forma a “dar sentido à existência” (JUNQUEIRA, 2008, p. 47) da população indígena. O que, nem sempre, foi absorvido pela sociedade não indígena.

3 Procedimento metodológico

⁵Estimativa encontrada em Borges, Medeiros e ‘D’Adesky’ (2009). Luciano (2006), por sua vez, fala em pelo menos 5 milhões de índios.

⁶ Os números constam no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre a população indígena brasileira. De acordo com a publicação, em termos de representatividade, a população indígena não chega a 1% (0,4%) da população total brasileira.



Para desenvolver a pesquisa, empregamos alguns procedimentos metodológicos a fim de verificar o que seria o preconceito na visão de quem o sofre e coletar informações para análises. Dentre os procedimentos, destacamos as entrevistas feitas com cinco indígenas.

Lakatos e Marconi (2005, p. 197) descrevem a entrevista como “caracterizada por um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. De acordo com as autoras, a entrevista é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados, para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. Nesse sentido, o pesquisador “deve recorrer à entrevista, sempre que existir a necessidade de colher informações que não são encontradas em registros ou fontes documentais e que alguém esteja em condição de prover” (LAKATOS e MARCONI, 2005, p. 198).

Sendo assim, organizaram-se entrevistas com cinco indígenas, todas elas realizadas na Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI), localizada no município de Sinop, Mato Grosso, com a finalidade de coletar informações sobre a percepção do índio quanto ao preconceito. A partir de questões pré-elaboradas os entrevistados eram convidados a responderem questionamentos, tais como: como o preconceito contra os índios se manifesta atualmente? Você já foi vítima de alguma situação de preconceito? Para você, o preconceito contra os índios ainda existe ou perdeu força? Da mesma maneira, os participantes foram convidados a discorrer sobre suas experiências de vida relacionando-as ou não com a ocorrência do preconceito velado ou (re)velado contra os povos indígenas.

Todos os participantes à época da aplicação das entrevistas, outubro de 2016, encontravam-se na CASAI por razões de saúde (acompanhando familiares em consultas, procedimentos hospitalares, após deixarem suas aldeias), mas pouco ou nada se conheciam e se relacionavam. A CASAI Sinop atua no apoio à prestação de serviços vinculados à atenção básica, atendimento de média e alta complexidades e recebe indígenas dos polos-base Diauarum e Pavuru, no Parque Nacional do Xingu, no Estado



de Mato Grosso. Ressaltamos que o acesso à Casa e seus usuários foi previamente autorizado por sua direção.

A escolha dos indígenas respeitou o critério da diversidade, procurou-se selecionar tanto homens quanto mulheres. No entanto, a presença do sexo masculino predominou, podendo ser justificada por fatores como: língua, a facilidade em se comunicar oralmente com o entrevistador, falante da língua portuguesa, além de o respeito às tradições destes povos, que atribuem ao homem a responsabilidade de mediar e servir de interlocutor no contato com o não índio.

Da mesma forma respeitou-se o livre arbítrio e o direito individual de cada índio em sujeitar-se ou não à coleta de dados em campo. Ao fim das abordagens, assegurou-se a formação de um grupo heterogêneo com falantes das línguas Tupi, Kaibi e Karib, além da portuguesa. Com relação às idades, os sujeitos têm, respectivamente, 24 anos, 38 anos, 51 anos, 54 anos e 56 anos.

Dos cinco participantes, quatro residem atualmente no Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso, enquanto o quinto vive com a filha no município de Sinop. Seus relatos passam, na sequência, a ser apresentados a partir de uma ordem numérica de forma a preservar suas identidades: Entrevistado Índio 1 (EI1), Entrevistado Índio 2 (EI2), Entrevistado Índio 3 (EI3), Entrevistado Índio 4 (EI4) e Entrevistado Índio 5 (EI5).

A transcrição dos recortes de falas é realizada sem haver adequação para a norma-padrão brasileira. Ou seja, todas as sequências são descritas tais quais manifestadas na oralidade, o que torna possível encontrar abreviações de palavras e ausência das concordâncias nominal e verbal.

Todos os indivíduos entrevistados são considerados índios por serem, de acordo com a Lei número 6.001, de 19 de dezembro de 1973, “de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional” (artigo 3º).

4 O velado e o (re)velado contra o índio: preconceito

A diversidade cultural, os costumes e a importância histórica dos povos indígenas parecem ser deixados de lado quando o preconceito contra o indígena manifesta-se na sociedade. Da mesma forma, para estes povos, fatores como a identidade indígena, o estranhamento cultural e muitas vezes a exclusão social conectam-se de alguma forma ao preconceito. Ponderações estas possíveis de serem vistas a partir das narrativas abaixo apresentadas. Dá-se início ordenando as cinco entrevistas realizadas para falar sobre o preconceito.

Ao ser questionado sobre esta ação, o indígena 1, de 56 anos, da etnia Kawaiweté, considera sua prática corrente. Por outro lado, diz agora ocorrerem menor escala, comparando-se a outros períodos da história, como aquele da colonização. Para ele, o que se mantém nos tempos atuais são discursos negativos que associam a imagem do índio a uma figura preguiçosa, entre outros adjetivos negativos, como os anteriormente apresentados por Gomes (2014) e Luciano (2006). Diz o entrevistado que:

Eu vejo que eles falam é que o índio não presta, que o índio não trabalha. Eu já ouvi os cara falar assim que índio é vagabundo. Mais ou menos essas palavras na época. Hoje diminuiu bastante. A gente sofre menos. Na época, era muito pesado contra o indígena, discriminação. Pelo menos nessa região que eu conheço diminuiu bastante. Mas tem algumas ainda que ainda têm. (Entrevistado Índio 1, etnia Kawaiweté, 56 anos, residente em Sinop).

O Entrevistado 1 reside em Sinop e trabalha para o Governo Federal. A partir deste recorte, concluímos que ele reconhece haver o preconceito contra a população indígena, associando-o a um gesto de desvalorização e negação sobre o outro. Ressalta-se que o entrevistado 1 não se coloca na posição de vítima de preconceito. Isto é, não se refere ao “Eu”, mas ao “Outro”, passando a não considerar a si próprio como vítima de alguma situação preconceituosa outrora vivida.

Contudo, excluir-se da posição de vítima não diminui a importância da fala acima apresentada, pois, na percepção deste índio, o preconceito ainda se mostra presente mesmo com o passar dos anos. Sobre a maneira de lidar com esta visão preconceituosa acerca do índio, o Entrevistado 1 afirma que pouco ou nada se poder fazer. Ao responder a pergunta ‘E como lidar com isso?’, ele descreve que:

É ruim, mas você tem que engolir, né? Você tem que engolir pra não se conflitar. Pra você não apanhar, pra você não ser assassina. No Sul existe muito ainda. Pode acompanhar aí no Face. Aqui em Mato Grosso raramente acontece isso. Mas fora de Mato Grosso existe perseguição. (Entrevistado Índio 1, etnia Kawaiweté, 56 anos, residente em Sinop).

A palavra assassinar corresponde a uma das práticas mais extremas de violência praticada contra o índio e motivadas por fatores como disputa pela terra, preconceito étnico-cultural, entre outros. No Brasil, em 2015, segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 54 indígenas foram assassinados em 2015. Na estatística estão desde crimes motivados por brigas pessoais pelo consumo de álcool a assassinatos de líderes que defendem a recuperação dos territórios tradicionais. Outras formas de violência contra os povos indígenas, como o racismo e a discriminação étnico-cultural, também ganham destaque. Exemplos de casos ocorridos nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul serão reproduzidos aqui, abaixo:

MT 1 Caso

2015

VÍTIMA: Indígenas

POVO: VÁRIAS ETNIAS

TERRA INDÍGENA: XINGU

MUNICÍPIO: SANTA CRUZ DO XINGU

DESCRIÇÃO: Numa entrevista, o presidente da associação dos fazendeiros da região do Xingu afirmou: "Nunca vi índio plantar nada, nunca vi índio produzir nada, índio vive praticamente de cesta básica, de Bolsa Família e de algum recurso mais de pedágio que eles cobram de nós aí". A Justiça Federal aceitou uma denúncia do MPF contra o fazendeiro por crime de racismo praticado contra índios na região do Araguaia Xingu.

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na imprensa

Com informações de: Agência da Notícia, 7/10/2015

MS 3 Casos

2015

VÍTIMA: Comunidades

POVO: GUARANI e KAIOWÁ

TERRA INDÍGENA: VÁRIAS

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE

LOCAL DA OCORRÊNCIA: Redes Sociais

DESCRIÇÃO: Motivados pelos conflitos ocorridos entre fazendeiros e indígenas que procuram ocupar suas terras tradicionais, mais de 60 comentários preconceituosos foram postados no facebook, agredindo de forma injuriosa e violenta os povos indígenas. Por exemplo: "Cambada de vagabundo oportunista"; "Falta meter bala no resto rsrsrs"; "Tem que passar fogo em todos vocês, seus ladrão (sic)." "Tem que fuzilar essas pragas!!!! "E o dono da fazenda tem que aturar isso também???... .. Morreu pouco".

MEIO EMPREGADO: Declarações preconceituosas na internet

Com informações de: O Estado do Mato Grosso do Sul

Quadro 02: violência étnico-cultural contra os povos indígenas de Mato Grosso. Fonte: CIMI (2015, p. 111-112).

O tema discriminação étnico-cultural igualmente ganhou espaço no curso das entrevistas conduzidas com os participantes indígenas da CASAI de Sinop. O participante 2, da etnia Txikão, 24 anos e residente no Parque Indígena do Xingu, fez uma associação entre o fator identitário e a discriminação.

A gente acha que os brancos não gostam da gente, muitos indígenas acham isso, porque, que nem eu falei, a gente sofre discriminação, né? Muitos brancos ficam do nosso lado, muitos também não gostam da gente [...] eu tô falando bem a verdade. O que nós indígenas acham é que vocês brancos não gostam da gente por causa que nós indígenas somos indígenas, é isso que muita gente acha. (Entrevistado Índio 2, etnia Txikão, 24 anos, Aldeia Tupará, Nova Ubiratã).

Conforme se nota, o indígena associa a ocorrência de pensamentos e ações negativos em decorrência da sua identidade. Assim, considera o paralelo entre a identidade⁷ (ou sua negação) e o preconceito como possível.

Nesse contexto, Motta (2007, p. 131) diz que “o preconceito expressa uma relação social entre sujeitos diferentes, no qual um desvaloriza ou nega a identidade do outro; a partir do que se institui a discriminação. Discriminação que constitui, ao mesmo tempo, a negação ao direito à diferença”. Ao colocar em destaque a não aceitação dos índios, em função de suas identidades (ser índio), o relato do Entrevistado da etnia Txikão evidencia a ocorrência do estranhamento cultural entre os povos não indígenas e indígenas. Ilustrando-o:

A gente escuta, poucas pessoas falam, a maioria não fala, muitos gritam, ficam gritando e falando, ficam gritando e gritando “índios”, muitas coisas assim. Só que a gente nunca leva a sério, né? Fazem

⁷ Aguilera (2008, p. 105) define identidade como “o conjunto de características que permitem diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro”. Para Borges, Medeiros e Adesky’ (2009, p. 39), “a própria noção de identidade de uma cultura se dá por meio da consciência de suas diferenças em relação às outras culturas.”

essas brincadeiras chatas. Eu acredito que isso é perigoso, na verdade porque se a gente tá em maior número e ouve esse tipo de coisa o pior pode acontecer. Ninguém gosta de ser discriminado. (Entrevistado Índio 2, etnia Txikão, 24 anos, Aldeia Tupará, Nova Ubiratã).

A narrativa acima faz referência a episódios vividos por este entrevistado nas ruas do município de Sinop. Em muitos destes, conforme o Entrevistado, a denominação “Índios” recebeu valor pejorativo. Nota-se a seguinte configuração: tudo o que não pertence a um grupo, por exemplo ao de não índios, passa a ser visto com estranheza pelo “Outro”.

Segundo Junqueira (2008, p. 14), “a proximidade entre culturas, em muitos casos, estimula o desejo de oposição entre elas e, ainda, a necessidade de marcarem suas diferenças e se distinguirem.” E neste processo de se distinguir todo sujeito nascido e criado em um determinado grupo passa a considerar aquilo que faz parte do “Outro” como estranho. Afirma ainda Junqueira (Ibid., p. 14) que, “ao nascer em uma determinada cultura, os indivíduos que dela fazem parte estão condicionados a acharem-na normal, natural. Por sua vez, a cultura de outros povos é vista com estranheza”.

Ao descrever suas experiências vividas nas ruas e lojas do município de Sinop, o Entrevistado 2 destaca o que acredita ser um preconceito velado. Nele, a identidade e a cultura indígena são vistas como fatores geradores de exclusão.

Quando um indígena entra num lugar, assim, num comércio, esses tipos de lugares assim, um indígena, vou te falar uma coisa, um indígena nunca é recebido com aquele carinho. Eu digo assim com aquele jeito de respeito, entendeu? Da mesma forma que eles, os outros recebem vocês brancos. (Entrevistado Índio 2, etnia Txikão, 24 anos, Aldeia Tupará, Nova Ubiratã).

Ainda sobre essa questão, segue relatando o Entrevistado:

Em alguns lugares a gente vê mais preconceito pro lado de roubo, entendeu? Porque têm alguns índios que têm esse

costume, que é muito chato, né? (Entrevistado Índio 2, etnia Txikão, 24 anos, Aldeia Tupará, Nova Ubiratã).

Com base neste relato, constata-se não haver diferenciação entre este ou aquele indígena de forma que a todos se impõem o mesmo pré-conceito ou comportamento social sem distingui-los. A chamada generalização (de características aos indivíduos, por exemplo) remete-nos aos postulados de Allport (1954) e Crochík (1996 e 2006), anteriormente mencionados. Neste ato, os indivíduos de um grupo são classificados de forma coletiva e não individual, dotando-os do mesmo comportamento homogêneo e impedindo que a experiência individual “possa se contrapor ao estereótipo” (CROCHÍK, 1996, p. 48).

Dessa maneira, segundo Crochík, um dos elementos do preconceito “seria dado pela atribuição de características, comportamentos, julgados inerentes aos objetos, quando não o são, o que configuraria por uma percepção e por um entendimento distorcidos da realidade”.(Idem.). Nesse sentido, relata o Entrevistado Índio 1:

Tenho um exemplo aqui, eu vou falar com relação à bebida. Quando um índio, vamo dizer assim, apronta na cidade, tá bebendo lá no bar e apronta, qual é a visão do homem branco em relação a isso? Eles falam assim: “os índio”. Não sabe uma pessoa. É um índio que aprontou. Um índio tava bêbado lá, um índio bateu no fulano. Não. Os índio. Isso pra nós é muito ruim falar “os índio”. [...] Não são todos. [...] Principalmente quando cai na mídia: “os índio”. Não! Aquele índio que aprontou tem seu nome, é uma pessoa, um indivíduo. (Entrevistado Índio 1, etnia Kawaiweté, 56 anos, residente em Sinop).

Reafirma-se nesta construção a perspectiva em que os povos indígenas são tratados de forma plural e não individual. Nela não há separação entre este ou aquele indivíduo. No decorrer da presente investigação outras experiências relacionadas ao choque cultural-identitário também fizeram-se presentes. As duas a seguir comungam de algo semelhante: têm como pano de fundo a impressão estabelecida sobre o índio no

decorrer do primeiro contato com o não índio. Uma destas ainda na infância, enquanto a outra já na fase adulta.

No relato do Entrevistado Índio 3, da etnia Kawaiweté, mostra-se como era a visão do não índio em relação ao índio em um contato estabelecido em um garimpo do município de Peixoto de Azevedo.

Pesquisador: Como o senhor pensa que eram vistos pelos garimpeiros e como eram tratados?

Era visto como um bobo, como se fosse um animal, um bicho, né? É que nem um animal é tão bobo assim. Como se não fosse pessoa. (Entrevistado Índio 3, etnia Kawaiweté, 54 anos, residente no Parque Nacional do Xingu).

Os processos de estranhamento e até mesmo discriminatórios, como o narrado pelo Entrevistado 3, remontam a episódios semelhantes como os ocorridos ainda no período em que os colonizadores chegaram ao Brasil, especialmente no que tange ao não reconhecimento dos povos indígenas e sua posterior classificação como “inferiores”. O termo “inferior”, no entanto, é combatido por Luciano (2006, p. 49), ao afirmar não se tratar “de civilizações ou culturas superiores ou inferiores, mas de civilizações e culturas equivalentes, mas diferentes.”

Na narrativa abaixo encontramos o Entrevistado 4 referindo-se a sua chegada à escola urbana no município de São José do Xingu, em Mato Grosso.

Pesquisador: Durante sua chegada à escola do não índio, ainda criança, o senhor consegue identificar se houve alguma prática preconceituosa por ser o senhor diferente daquele grupo? Havia algum tratamento diferenciado?

Eu sentia que aquelas pessoas que não entendia o que eu tava dizendo. Aquelas pessoas já chegavam (pausa), já não chegavam próxima de mim. Não dava valor pra mim. Eles passavam e só olhavam. Isso, nesse caso, ali que comecei a sentir. Por que eles têm essa diferença comigo? Então ali que comecei a falar assim. Só que não ligava pra isso. Se eles não querem conversar comigo, então deixa, eu fico na minha. Aí eu fico com aquelas pessoas que gostam de mim.

(Entrevistado Índio 4, etnia Yudja, 38 anos, residente no Parque Nacional do Xingu).

Na história de vida comentada pelo Entrevistado 4 o tratamento diferenciado ocorreu especialmente em virtude da presença daquele indígena em um ambiente onde não havia outros índios. Em sua narrativa, concentrada agora na fase adulta, o Entrevistado descreve uma nova configuração do sentimento de estranheza. Aqui não mais relacionada às identidades não índio e o índio, mas sim da relação de índio para índio, motivada pelo nível de domínio de disciplinas como Matemática, Geografia, Português, na Faculdade Intercultural Indígena de Barra do Bugres, em Mato Grosso, onde ele estudou. Todos os alunos eram índios.

Pesquisador: Na universidade foi diferente?

Aí eu fico olhando, nossa, como ele não tem dificuldade em fazer tudo isso? Será se vou chegar nisso tudo também? Então o cara já leva coisa pronta, enquanto que as pessoas que não terminou eles fica...têm que fazer tudo de novo. Então, mais ou menos eu tive esse sentimento, né.

Pesquisador: Sentiu-se, em algum momento, 'fora do grupo'?

Sim. Eu cheguei a sentir isso. Porque eu peguei um grupo que domina bem mesmo. Eu peguei uma sala com grupos, digamos assim, os melhores estudantes. Eu passei nisso. Eu senti isso. Nossa, enquanto eu não terminei, eles terminaram o deles. Eu falei: “não, tenho que procurar um meio e tenho que terminar meu trabalho”. Estava sentindo esse coisa assim. Vendo o trabalho deles. (Entrevistado Índio 4, etnia Yudja, 38 anos, residente no Parque Nacional do Xingu).

A dificuldade para dominar a língua portuguesa, por exemplo, reside no fato de as línguas indígenas configurarem-se como orais, fundamentalmente transmitidas de geração em geração, conforme Luciano (2006). Desta forma, ao aprenderem a língua portuguesa, exige-se, além da oralidade, o domínio sobre a forma escrita.

O sentimento descrito pelo entrevistado refere-se à “inferioridade” em relação aos colegas por não possuir os mesmos níveis de domínio sobre disciplinas do curso

universitário. Como se nota, o entrevistado descreve a sensação de não pertencimento àquele grupo de colegas indígenas.

Outra questão parece ser primordial neste exercício de pensar o preconceito sobre os povos indígenas. Ela é capaz de produzir estereótipos na opinião pública: a terra. Parafraseando Gomes (2014), há muita terra para pouco índio. Expressão que parece contestar o direito à posse e ocupação de terras pelos indígenas garantido pela Constituição Federal de 1988. O relato do Entrevistado Índio 1, da etnia Kawaiweté, vem a contribuir com esta questão:

Pesquisador: O que o senhor acha quando dizem haver muita terra para pouco índio hoje no Brasil?

É ruim a gente saber. Nós indígena fica ruim pra nós sabê disso. Puxa, a gente já não tem nada. Vai tirar tudo mesmo da gente? [...] Pra nós não é muito. A gente não sabe no futuro, daqui pra frente, do jeito que está aí, pode até perder. E outro: não é terra do índio. [...] Essas reservas indígenas ela é do governo. Tá em nome do governo. Nós estamos utilizando. É assim que eu entendo. Não sei se tá certo. Ela não tá escrita, que nem você tem sua casa e a escritura, aí você tem a sua fazenda e a escritura, é seu. Na reserva indígena não. Ela é da União. De qualquer maneira, de qualquer jeito, é do governo. (Entrevistado Índio 1, etnia Kawaiweté, 56 anos, residente em Sinop).

Segundo Luciano (2006, p. 101), “a terra é também um fator fundamental de resistência dos povos indígenas.” De acordo com o IBGE, em 2010 as terras indígenas reconhecidas ocupavam 12,5% do território brasileiro, ou seja, 106.739.926 hectares.

O último dos recortes sobre preconceito, do Entrevistado Índio 5, de 51 anos, da etnia Kawaiweté, apresenta contradição no sentido de concordar e discordar haver pouco conhecimento sobre a cultura indígena. Na interação com o pesquisador ele descreve:

Pesquisador: Muitos não conhecem a cultura indígena e fazem julgamentos. O senhor acha que isso ainda existe?



Bom, primeiro tem isso, mas agora não. Tranquilo agora. Não existe mais isso. (Entrevistado Índio 5, etnia Kawaiweté, 51 anos, residente no Parque Nacional do Xingu).

Há de se registrar que no diálogo estabelecido com este sujeito apenas em uma única fala fez referência ao preconceito, de acordo com o entendimento deste Entrevistado. Nesta perspectiva, poder-se-ia afirmar que o preconceito desapareceu com o passar dos anos, sendo erradicado de nossos pensamentos? Ou assumiu nova forma, sendo mais difícil de ser reconhecido?

É provável, contudo, que o preconceito não se dissolveu com o passar do tempo e não deve ser erradicado tão facilmente porque está fixado na cultura dos povos e nos processos de socialização (BORGES, MEDEIROS e D'ADESKY, 2009); o que é diferente – como a cultura do ‘Outro’ – sempre será visto como não natural (GOMES, 2014). Se não pode deixar de existir, talvez seja possível evitar o preconceito tomando-se precauções em relação aos sentimentos expressos, de forma que as avaliações sejam justas (LEITE, 2008). Assim, ao menos, reduziríamos a intensidade do preconceito.

Conclusões

A discussão em torno do preconceito aqui apresentada, e que não esgota todas as formas de tratar deste assunto, mostrou-nos que, mesmo ao longo do tempo, o preconceito não perdeu espaço, mas inscreveu-se sob diferentes bases e agiu em conformidade com cada período. As entrevistas realizadas com o grupo de indígenas as conclusões caminharam para este mesmo entendimento. O preconceito, segundo os participantes, é um tema conhecido da comunidade indígena. Três - dos cinco - entrevistados afirmaram já terem vivenciado alguma situação preconceituosa; os outros dois, apesar de saberem o que se denomina preconceito, pontuaram não terem sofrido.

Quanto maior o nível de escolaridade do entrevistado, maiores são sua percepção e domínio sobre o assunto e argumentação, conforme descrito nas falas dos



Entrevistados 1 (cursou até o 9º ano do ensino fundamental), 2 (cursando magistério intercultural), 3 (magistério) e 4 (graduado). O Entrevistado 5, cuja contribuição limitou-se apenas a um recorte de sua fala, não concluiu o ensino fundamental.

A sucessão de narrativas permitiu, ainda, demonstrar que para o preconceito não existem fronteiras: não se limita a uma única cidade, um território, a um período da história em específico. No caso dos índios, algo iniciado no passado modificou-se com o passar do tempo. Assim, torna-se possível encontrar viva – embora muitas vezes camuflada - a construção de uma imagem negativa que classifica os índios como improdutivos. Em outras palavras, ainda chegam a ser considerados ultrapassados, mesmo a história já tendo demonstrado sua importância para o país.

E, por manter-se vivo, impossível dissociar o preconceito da natureza humana. Seja na perspectiva positiva ou negativa, o que muda é a maneira como expressamos tais sentimentos, por eles somos influenciados e os tornamos externos.

Neste sentido, toda construção e articulação da identidade indígena vêm sendo marcadas ao longo de um período histórico de tensões e conflitos.

Referências

AGUILERA, V. A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), v. 2, p. 105-112, 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/37/EL_V37N2_11.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ALLPORT, Gordon. **The nature of prejudice**. Boston: The Beacon Press, 1954.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revistas Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119-141, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; D'ADESKY, Jacques. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.



BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil dados de 2015**. 172 páginas.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2017.

GOMES, Mércio Pereira. Índios. In: PINSKY, Jaime (Org.). **12 faces do preconceito**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

ÍNDIO 1. **Índio 1**: entrevista. [19 out. 2016] Entrevistador: Leandro José do Nascimento. Sinop, MT, 2016. Gravação digital de áudio (1:23:30). Entrevista concedida para Pesquisa de Campo sobre o preconceito indígena.

ÍNDIO 2. **Índio 2**: entrevista. [19 out. 2016] Entrevistadoras: Andressa Farias, Josilene dos Santos. Sinop, MT, 2016. Gravação digital de áudio (1:14:10). Entrevista concedida para Pesquisa de Campo sobre o preconceito indígena.

ÍNDIO 3. **Índio 3**: entrevista. [19 out. 2016] Entrevistadoras: Andressa Farias, Josilene dos Santos. Sinop, MT, 2016. Gravação digital de áudio (1:05:47). Entrevista concedida para Pesquisa de Campo sobre o preconceito indígena.

ÍNDIO 4. **Índio 4**: entrevista. [19 out. 2016] Entrevistador: Leandro José do Nascimento. Sinop, MT, 2016. Gravação digital de áudio (01:01:46). Entrevista concedida para Pesquisa de Campo sobre o preconceito indígena.

ÍNDIO 5. **Índio 5**: entrevista. [19 out. 2016] Entrevistador: Leandro José do Nascimento. Sinop, MT, 2016. Gravação digital de áudio (01:16:01). Entrevista concedida para Pesquisa de Campo sobre o preconceito indígena.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características Gerais dos Indígenas**: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2010. p.1-245

JUNQUEIRA, Carmem. **Antropologia indígena**: uma nova introdução. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.



LEITE, Marli Quadros. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MOTTA, Alda Britto da. Idade e preconceito. In: WOLF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene et al. **Leituras em rede**: gênero e preconceito. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

PINHEIRO, Viviane Potenza Guimarães. Preconceito, moralidade e educação moral para a diversidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 215-233, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jan. 2017.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 27 ed. revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VOLTAIRE. **Dicionário filosófico**. Versão digital, disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/filosofico.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

HOUAISS, Antônio. **Grande Dicionário Houaiss Online**. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#1>>. Acesso: 29 jan. 2017.L

BORBA, Francisco S Org. **Dicionário UNESP do Português contemporâneo**. Organizador Francisco S. Borba e colaboradores. – São Paulo: UNESP, 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-br&id=RFrCN3hCsHoC&q=preconceito#v=snippet&q=preconceito&f=false>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

Recebido Para Publicação em 30 de março de 2017.

Aprovado Para Publicação em 13 de maio de 2017.